



24063408



08016.010540/2022-58



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria Nacional de Políticas Penais

INFORMAÇÃO Nº 16/2023/CONAT/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN

1. Trata-se a presente informação sobre análise das propostas dos Estados que aderiram ao **Programa: Projeto Dignidade Menstrual para Pessoas em Situação de Vulnerabilidade - PROCAP Mulheres**, conforme o **Edital n.º 1/2023, 16/03/2023** (23838422) de Chamamento Público, para a implantação de Oficinas Produtivas de: Absorventes, BioAbsorventes, fraldas e peças íntimas, com intuito de firmar Termo de Convênio com esta Secretaria Nacional de Políticas Penais.
2. Foram analisadas, através dos PARECERES TÉCNICOS, as Propostas de acordo com a tabela abaixo:

PROCESSO	PROPOSTA	ESTADO	PARECER	SEI do Parecer
08016.006477/2023-36	000608/2023	Alagoas	Nº 8/2023/CONAT/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN	24043183
08016.006480/2023-50	000448/2023	Amazonas	Nº 4/2023/CONAT/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN	24025073
08016.006479/2023-25	000535/2023	Ceará	Nº 3/2023/CONAT/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN	24025065
08016.006485/2023-82	000313/2023	Distrito Federal	Nº 5/2023/CONAT/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN	24032043
08016.006489/2023-61	000047/2023	Maranhão	Nº 6/2023/CONAT/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN	24040158
08016.006510/2023-28	000118/2023	Minas Gerais	Nº 7/2023/CONAT/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN	24042488
08016.006484/2023-38	000412/2023	Paraíba	Nº 5/2023/COAMGE/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN	24035803
08016.006478/2023-81	000589/2023	Piauí	Nº 3/2023/COAMGE/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN	24021715
08016.006486/2023-27	000166/2023	Rio de Janeiro	Nº 6/2023/COAMGE/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN	24037959
08016.006487/2023-71	000138/2023	Roraima	Nº 4/2023/COAMGE/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN	24031032
08016.006482/2023-49	000423/2023	Sergipe	Nº 2/2023/CONAT/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN	24020109

3. As Propostas foram recepcionadas nos termos da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 - LRF, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no que couber, nos Decretos n.ºs 93.872, de 23 de dezembro de 1986, 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações e demais normas pertinentes à matéria.
4. Assim, as análises em questão se restringem ao campo técnico das propostas, em que esta Coordenação limita-se a verificar a viabilidade do objeto proposto, o projeto técnico e a verificação dos documentos técnicos previstos na Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016.
5. Nesse sentido, por meio dos Pareceres, a Coordenação Nacional de Trabalho apresenta as seguintes considerações finais:
  - I - No âmbito técnico-finalístico, opina-se **FAVORAVELMENTE**, à celebração dos convênios entre a Secretaria Nacional de Políticas Penais e as Secretarias Estaduais dos Estados do Alagoas, Amazonas, Ceará, Distrito federal, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima e Sergipe.
  - II - Vale registrar que o Princípio da Eficiência da Administração Pública é imperioso, pois, quando se fala em eficiência na administração pública federal, o administrador deve ter uma gestão da coisa pública, voltada para a moralidade, economicidade e transparência; visando cumprir as ações e metas pactuadas, é também imperioso invocar o conceito de economicidade nas despesas informadas, para dessa forma, contrastá-las com os preços de referência de mercado. Além disso, o conceito de compliance fiscal, tema em voga nos dias atuais, nos aponta para observarmos a racionalidade, equacionamento e responsabilização dos gastos públicos.
  - III - Deste modo, **APROVO** as considerações contidas nos supraditos Pareceres, conforme apresentados na tabela acima, designando pela conveniência e oportuna celebração dos convênios entre esta Secretaria Nacional de Políticas Penais - SENAPPEN e as Secretarias Estaduais dos Estados do Alagoas, Amazonas, Ceará, Distrito federal, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio de Janeiro, Roraima e Sergipe.
6. Vale ressaltar que esta Coordenação, que de acordo com **Edital de Chamamento Público n.º 1/2023, 16/03/2023** (23838422), realizou a classificação das propostas de acordo com os critérios do edital, sendo o resultado descrito na tabela abaixo:

Classificação	Estado	P1		P2		Pontuação Total	Parecer da Comissão
1º	Ceará	Item	Nota	Item	Nota	100 pontos	Favorável
		a.	15	g.	8		
		b.	15	h.	16		
		c.	10	i.	8		
		d.	10	j.	8		
		e.	5	Total P2	40		
		f.	5				
		Total P1	60				
2º	Minas Gerais	Item	Nota	Item	Nota	98 pontos	Favorável
		a.	15	g.	6		
		b.	15	h.	16		
		c.	10	i.	8		
		d.	10	j.	8		
		e.	5	Total P2	38		
		f.	5				
		Total P1	60				
3º	Maranhão	Item	Nota	Item	Nota	97 pontos	Favorável
		a.	15	g.	7		
		b.	15	h.	16		
		c.	10	i.	8		
		d.	10	j.	6		
		e.	5	Total P2	37		
		f.	5				
		Total P1	60				
4º	Amazonas	Item	Nota	Item	Nota	97 pontos	Favorável
		a.	15	g.	8		
		b.	15	h.	14		
		c.	10	i.	8		
		d.	9	j.	8		
		e.	5	Total P2	38		
		f.	5				
		Total P1	59				
5º	Roraima	Item	Nota	Item	Nota	95 pontos	Favorável
		a.	15	g.	6		
		b.	15	h.	14		
		c.	10	i.	8		
		d.	9	j.	8		
		e.	5	Total P2	36		
		f.	5				
		Total P1	59				
6º	Distrito Federal	Item	Nota	Item	Nota	89 pontos	Favorável
		a.	14	g.	6		
		b.	12	h.	14		
		c.	9	i.	8		
		d.	9	j.	8		
		e.	4	Total P2	36		
		f.	5				
		Total P1	53				
7º	Rio de Janeiro	Item	Nota	Item	Nota	87 pontos	Favorável
		a.	12	g.	6		
		b.	12	h.	14		
		c.	9	i.	8		

		d.	9	j.	8		
		e.	4	Total P2	36		
		f.	5				
		Total P1	51				
8º	Sergipe	Item	Nota	Item	Nota	87 pontos	Favorável
		a.	12	g.	6		
		b.	12	h.	14		
		c.	9	i.	8		
		d.	9	j.	8		
		e.	4	Total P2	36		
		f.	5				
		Total P1	51				
9º	Piauí	Item	Nota	Item	Nota	87 pontos	Favorável
		a.	12	g.	6		
		b.	12	h.	14		
		c.	9	i.	8		
		d.	9	j.	8		
		e.	4	Total P2	36		
		f.	5				
		Total P1	51				
10º	Paraíba	Item	Nota	Item	Nota	85 pontos	Favorável
		a.	12	g.	6		
		b.	12	h.	14		
		c.	9	i.	6		
		d.	9	j.	8		
		e.	4	Total P2	34		
		f.	5				
		Total P1	51				
11º	Alagoas	Item	Nota	Item	Nota	84 pontos	Favorável
		a.	12	g.	8		
		b.	12	h.	10		
		c.	10	i.	8		
		d.	10	j.	4		
		e.	5	Total P2	30		
		f.	5				
		Total P1	54				

7. Diante do exposto, encaminho os autos à CGCAP e CGIR para conhecimento e impulsos subsequentes.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Augusto Prudencio de Carvalho Filho, Coordenador(a) Nacional de Trabalho**, em 27/04/2023, às 23:33, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **24063408** e o código CRC **A100C411**.  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.